

População de rua cresce na região em um ano e chega a 2.703 pessoas

Característica migratória do grupo e exclusão socioeconômica são possíveis causas para alta, dizem especialistas

THAINÁ LANA
thainalana@dgabc.com.br

O número de pessoas vivendo nas ruas do Grande ABC cresceu 7% em um ano e chegou a 2.703 no mês passado. Segundo dados do Cead (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico), em julho de 2023, os sete municípios registraram 2.529 indivíduos em situação de rua. São Bernardo é o município da região com mais pessoas nessas condições, com 1.039, ou 38,4% do total.

Apesar de altos, os dados não refletem necessariamente a realidade (podem ser piores), conforme explica o coordenador regional do Movimento Nacional da População de Rua, Thiago da Silva Quintanilha. O ativista acredita que possa haver um alto índice de subnotificação por conta dos locais em que os dados são coletados, geralmente regiões centrais das cidades.

No município são-bernardense, por exemplo, Quintanilha cita que além do Centro, há grande concentração de pessoas em situação de rua em locais mais afastados, como os bairros Cooperativa e Alvarenga e o Jardim Lana. "Temos muitos indivíduos que migram com frequência no próprio Grande ABC, eles se deslocam de São Caetano para Santo André, depois para Mauá, e assim por diante. Além disso, as pessoas param por um tempo na região e depois seguem para outros municípios na Região Metropolitana", diz o coordenador.

Além do fator migratório, o aumento da população vivendo nas ruas pode estar relacionado com a exclusão socioeconômica dessas pessoas. O advogado e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Bernardo, Ariel de Castro Alves, diz que a região vive um processo de desindustrialização e desemprego, e a tendência é de ampliação da população de rua. "Ao invés de políticas pu-

blicas, programas e serviços sociais, o que mais vemos na região são antenetas hostis, como grades e paralelepípedos embaixo de viadutos e em praças. Além de queixas da população de rua sobre o recolhimento de pertences e de serem surpreendidos com jatos de água gelada, da limpeza urbana", destaca Alves, que é ex-secretário nacional dos direitos da criança e do adolescente.

SERVIÇOS

As prefeituras da região informaram que promovem serviços especializados para atender à população de rua como abordagens sociais e espaços de acolhimento, com albergues, Centros Pop (Centros de Referência Especializado para População de Rua) e acolhimento emergencial em baixas temperaturas. Santo André informou que além do acolhimento em regime pernoite, também disponibiliza em formato ininterrupto ou de moradia.

No total, cinco municípios oferecem 418 vagas para acolhimento noturno em albergues – com exceção de São Bernardo e São Caetano, que não informaram os números. Isso significa que se todas as pessoas que atualmente vivem nas ruas dessas cidades decidirem procurar abrigo para dormir, apenas 29,4% teriam vagas disponíveis.

O especialista em direitos



VULNERABILIDADE. Prefeituras da região oferecem 418 vagas para acolhimento noturno, o que representa 29% do total de indivíduos nas ruas

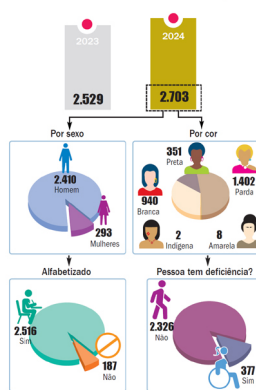
humanos Ariel de Castro Alves reforça que os serviços para a população de rua não podem ser restringir aos albergues, que, segundo ele, funcionam em muitos casos de forma precária e com regras que excluem essas pessoas, com falta de lugares para colocação dos carrinhos dos catadores de materiais recicláveis e locais para os cães e os gatos.

Thiago da Silva Quintanilha complementa com as principais reclamações apresentadas por esse grupo. "Eles dizem que nunca há vaga, principalmente se não são cadastrados no muni-

pio. Além de problemas com a limpeza do local, com a comida e também a presença de alguns bichos, como percevejo e piolho", alerta o coordenador.

"As políticas públicas e serviços para esse grupo devem incluir moradia subsidiada pelas prefeituras, abrigos, priorizando inicialmente as famílias, mulheres e crianças, inclusive das pessoas em programas de geração de renda, profissionalização e preparação para o mercado de trabalho, com bolsas de estudo e inclusão deles em programas habitacionais, entre outras iniciativas", destacou Alves.

POPULAÇÃO DE RUA NO GRANDE ABC - Julho



Região Metropolitana de São Paulo	
1º	Capital 81.760
2º	Guarulhos 2.222
3º	Osasco 1.434
4º	São Bernardo 1.039
5º	Santo André 579
6º	Bornal 578
7º	Mogi das Cruzes 541
8º	Suzano 500
9º	Carapicuíba 472
10º	Diadema 437

Seis em cada 10 moradores de rua são pretos ou pardos

Das 2.703 pessoas que estão em situação de rua na região, 1.753 se autodeclararam pretas ou pardas – 64,8% do total. Na sequência aparecem as pessoas que se declaram brancas, com 940, amarelas, com oito, e indígenas, com apenas duas. O ex-secretário nacional dos direitos humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Bernardo, Ariel de Castro Alves, diz que esse grupo está em maior número nas ruas porque são as principais vítimas da exclusão do trabalho.

"Muitos são dependentes de álcool e drogas, que não encontram tratamento na rede pública. Uma parte também é de egressos do siste-

ma prisional que ficam totalmente excluídos e discriminados quando saem da prisão", disse Alves.

Ainda em relação ao perfil demográfico da população que vive nas ruas do Grande ABC, mais da metade (89,1%) são homens – ao todo são 2.410 pessoas do sexo masculino e 293 do feminino. Além disso, 377, ou 13,9%, possuem algum tipo de deficiência, seja física ou mental, e 187 indivíduos não sabem ler ou escrever.

Na comparação com os demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo, o Grande ABC tem três municípios entre as dez cidades

com maior número de pessoas vivendo nas ruas, sendo São Bernardo (1.039) na quarta posição, Santo André (579) no quinto lugar e Diadema (437) em décimo. A Capital figura no topo, com 81.760 pessoas.

"São Bernardo tem o maior número por ser a maior cidade, mas também por ter serviços precários no atendimento da população de rua, com falta de abordagem e educação social de rua, e por ter um albergue que funciona precariamente na região central. Além de nos últimos anos ter tido uma política de despejos de pessoas e famílias que moravam em áreas de riscos ou que foram desapropriadas para obras, sem realocação dessas pessoas e famílias em moradias populares", conclui Alves. tu

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1